

# A autoridade que educa não silencia – orienta

written by Clara Boavista | 27 de Fevereiro, 2026

**OCIDADÃO**  
Journalism Litero

**OPINIÃO**  
Clara Boavista



A fragilização da autoridade dos professores não é apenas um problema escolar – é um sintoma social. Hoje, nas escolas, multiplicam-se os processos disciplinares, os conflitos em sala de aula e as dificuldades na gestão do comportamento dos alunos. Perante este cenário, cresce a sensação de que educar – no sentido mais amplo da palavra – se tornou uma tarefa mais complexa do que nunca. Não apenas pela diversidade de perfis dos estudantes, mas também pelas profundas transformações sociais, culturais e emocionais que marcam o nosso tempo.

Gerir emoções – particularmente as dos alunos – tornou-se um dos maiores desafios da escola contemporânea. A sala de aula já não é apenas um espaço de transmissão de conhecimentos; é também um espaço de convivência intensa, onde frustrações, inseguranças, impulsos e conflitos pessoais se manifestam com

frequência. Muitos alunos chegam à escola com cargas emocionais difíceis de interpretar e ainda mais difíceis de orientar. Espera-se que o professor ensine conteúdos, mas também que compreenda, medie, apoie e regule comportamentos – funções que exigem competências emocionais elevadas, formação específica e, sobretudo, tempo. Tempo que nem sempre existe.

Situações deste tipo são cada vez mais comuns: um aluno entra na sala agitado ou incapaz de se concentrar devido a problemas pessoais ou familiares, e o professor tem de decidir, em poucos minutos, se prossegue com o programa ou se interrompe o trabalho para gerir o momento. Dilemas como este, que vão muito além da transmissão de conteúdos, fazem hoje parte da rotina de muitos docentes.

Os dados confirmam que não se trata apenas de percepções individuais: estudos da OCDE e relatórios da Direção-Geral da Educação registam níveis elevados de ansiedade entre alunos e o aumento de ocorrências disciplinares nas escolas.

Mas talvez a questão mais profunda não esteja apenas dentro da escola. Importa perguntar: estaremos nós, enquanto sociedade, a dar o exemplo que exigimos aos professores? A violência verbal e física, a intolerância e o discurso agressivo tornaram-se presença frequente no espaço público e mediático. As crianças e os jovens observam tudo isto. Absorvem atitudes, padrões de comunicação e formas de lidar com o desacordo. Quando o mundo adulto normaliza o conflito permanente, a impaciência e a desvalorização do outro, é inevitável que esses comportamentos encontrem eco no ambiente escolar.

Se queremos que a escola seja um espaço de equilíbrio, segurança e confiança, a sociedade precisa de refletir esses mesmos valores. Caso contrário, pedimos aos professores que reconstruam, em poucas horas por dia, aquilo que os alunos aprendem fora dela durante todo o restante tempo. Educar para a cidadania, para o respeito e para a convivência democrática não pode ser uma tarefa isolada da escola – deve ser assumida

também fora dela.

Ainda assim, também é legítimo questionar o papel dos professores neste cenário. Tendo uma função central na formação das mentalidades e dos valores das novas gerações, será que estão a desempenhar essa missão da melhor forma possível? A crescente tendência para retirar alunos da sala de aula como resposta imediata à indisciplina pode, em certos casos, revelar mais do que uma estratégia disciplinar: pode traduzir dificuldades na gestão pedagógica, emocional e relacional dos conflitos.

Excluir o aluno do espaço de aprendizagem resolve o problema imediato, mas raramente resolve o problema real. Muitas vezes, reforça sentimentos de rejeição, incompreensão e afastamento da escola. Educar implica, inevitavelmente, lidar com a diferença, com a resistência e com a imperfeição. Implica tolerância, persistência e capacidade de adaptação a uma geração que pensa, sente e comunica de forma distinta das anteriores.

Isto não significa ignorar a complexidade da profissão docente. Pelo contrário. Os professores enfrentam pressões intensas, turmas numerosas, exigências administrativas crescentes e, frequentemente, escasso apoio institucional. Espera-se que sejam simultaneamente transmissores de conhecimento, mediadores sociais, reguladores emocionais e modelos de cidadania. Trata-se de uma responsabilidade enorme, muitas vezes exercida com poucos recursos e pouco reconhecimento.

Talvez o caminho não passe por atribuir culpas, mas por assumir responsabilidades partilhadas. A indisciplina escolar não nasce apenas na escola, nem se resolve apenas dentro dela. Resulta de transformações sociais amplas: mudanças nos modelos familiares, na relação com a autoridade, no acesso à informação, nas formas de socialização e nos próprios ritmos de vida.

Mais do que restaurar uma autoridade baseada no controlo ou na imposição, importa reconstruir uma autoridade baseada na relação, na coerência e no exemplo. Os alunos respeitam, sobretudo, quem os compreende, quem comunica com clareza e quem demonstra equilíbrio emocional. A autoridade que educa não é a que silencia, mas a que orienta.

A crise da autoridade na escola não é um fenómeno isolado – é o reflexo de uma sociedade que exige valores que nem sempre pratica. Não podemos pedir à escola que forme cidadãos equilibrados se, fora dela, normalizamos a intolerância, o desrespeito e a desresponsabilização. Não podemos exigir aos jovens os valores que, enquanto adultos, não praticamos – porque a educação não se delega: constrói-se todos os dias pelo exemplo. Ou assumimos, como sociedade, o dever de ser exemplo, ou deixaremos às próximas gerações não apenas uma escola fragilizada, mas uma convivência cada vez mais difícil de sustentar.

A autoridade não se impõe pelo medo nem se perde pela proximidade. Constrói-se na coerência entre aquilo que dizemos e aquilo que fazemos. Se falharmos nisso, não será apenas a escola a enfraquecer – será a qualidade da nossa vida em comum.

Educar é uma tarefa coletiva. E é urgente.